

# Quem são as referências das disciplinas obrigatórias de Educação nas graduações em Museologia? Um estudo sobre os marcadores sociais da diferença<sup>1</sup>

Karlla Kamylla Passos<sup>i</sup>

## Resumo

O problema desta pesquisa centra-se nos currículos das graduações em Museologia no Brasil, com o objetivo de analisar os marcadores sociais da diferença das/os autoras/es que são referências das disciplinas obrigatórias de Educação nas graduações em Museologia no Brasil. O referencial teórico principal é Ribeiro *et al.* (2017), com olhar interseccional para os currículos. Como metodologia, foi utilizada a bibliometria, a partir de um levantamento dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos (PPC), com base em Emerich (2017) e outras/os autoras/es. Os resultados mostram que as autoras são, em sua maioria, mulheres, brancas e do Sudeste do país e que, quando de fora do Brasil, há um predomínio da Europa. A maior parte das referências possui doutorado concluído na área de Educação, além de mais da metade delas atuar como docente. O estudo propõe uma reflexão sobre as disparidades nas escolhas de autoras/es para os PPC das graduações em Museologia no Brasil.

**Palavras-chave:** questão educacional; políticas públicas; bibliometria; marcadores sociais da diferença; museologia.

*Who are the references for compulsory Education subjects in undergraduate Museology programs? A study on the social markers of difference*

## Abstract

The problem of this research focuses on the curricula of undergraduate Museology courses in Brazil, with the aim of analysing the social markers of difference of the authors who are referenced in the compulsory Education subjects in undergraduate Museology programs in Brazil. The main theoretical framework is Ribeiro *et al.* (2017), with an intersectional perspective on curricula. The methodology employed was bibliometric analysis, based on a survey of the Course Pedagogical Projects (CPP), following Emerich (2017) and other authors. The results show that the authors are mostly women, white, and from the Southeast region of Brazil, and when they are from outside the country, there is a predominance of authors from Europe. Most of the references hold a PhD in Education, and more than half work as professors. The study proposes a reflection on the disparities in the selection of authors for the CPP of undergraduate Museology programs in Brazil.

**Keywords:** educational issue; public policies; bibliometrics; social markers of difference; museology.

---

<sup>i</sup> Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona. Professora do curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: [kamylla.passos@hotmail.com](mailto:kamylla.passos@hotmail.com) – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0419-2751>.

*¿Quiénes son los referentes de las asignaturas obligatorias en los programas universitarios de Museología? Un estudio sobre los marcadores sociales de la diferencia*

### **Resumen**

*El problema de esta investigación se centra en los currículos de los cursos de Museología de pregrado en Brasil, con el objetivo de analizar los marcadores sociales de diferencia de las/os autoras/es referentes de las asignaturas obligatorias de Educación en los cursos de Museología de pregrado en Brasil. La principal referencia teórica es Ribeiro et al. (2017) con una mirada interseccional de los currículos. Como metodología, se utilizó la bibliometría a partir de un relevamiento de los Proyectos Político-Pedagógicos de los Cursos (PPC), con base en Emerich (2017) y otras/os autoras/es. Los resultados muestran que la mayoría de las autoras son mujeres, blancas y del Sudeste de Brasil y, cuando son extranjeras, hay un predominio de Europa. La mayoría de los referentes tiene doctorado en Educación y más de la mitad son profesores. El estudio propone una reflexión sobre las disparidades en la elección de autoras/es para los PPCs de los programas de graduación en Museología en el país.*

**Palabras clave:** *cuestión educativa; políticas públicas; bibliometría; marcadores sociales de diferencia; museología.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente artigo é analisar os marcadores sociais da diferença das/os autoras/es que são referências das disciplinas obrigatórias de Educação, nas graduações em Museologia no Brasil. Buscamos caracterizar os marcadores sociais da diferença que atravessam as pessoas referenciadas nas disciplinas (Hirano, 2019), delimitados a gênero, raça/cor, formação, geração, origem e atuação. Eles demonstram, de maneira mais detalhada, o perfil das pessoas referenciadas e indicam o caminho que cada disciplina segue, a partir de suas escolhas. Trabalhamos com 110 pessoas referenciadas, distribuídas entre 11 universidades e 16 disciplinas, uma vez que cinco cursos têm duas matérias obrigatórias, que é um dos critérios do estudo.

Foi usada como metodologia a bibliometria a partir de um levantamento dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Esses documentos são, muitas vezes, o ponto de partida da construção das disciplinas pelos/as docentes. Os dados poderão ser utilizados como instrumento propositivo com o qual as graduações em Museologia conseguirão extrair informações que contribuam para a construção de referências mais interseccionais, contemplando, assim, outras regiões do País, cor/raça, gênero e outras. Cumpre destacar que:

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc., em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p. 6).

Patrícia Soares *et al.* (2016, p. 183) discutem sobre a necessidade de os dados serem utilizados “como ferramenta tanto para o planejamento como para a execução de políticas, visando melhor compreender a ciência pela comunidade científica”. É urgente ressaltar que as políticas públicas no Brasil precisam ser reformuladas com o objetivo de contemplar todo o País, e não excluir sempre os mesmos estados, como mostraremos na discussão dos resultados. Assim, a relevância acadêmica do artigo justifica-se pelo valor da pesquisa para o campo de estudos da educação superior, especialmente para a análise do currículo, em seus diferentes aspectos. Dessa forma, tem a importância social de contribuir para uma formação em ensino superior mais diversa, por meio das escolhas das referências que impactam as/os estudantes.

A seguir, apresentaremos os caminhos metodológicos da pesquisa a partir do referencial teórico e detalhamento das etapas para chegar aos dados. Na sequência, são demonstrados os resultados e a discussão que se concentram em detalhar quantitativa e qualitativamente as referências das disciplinas obrigatórias de Educação das graduações em Museologia e seus marcadores sociais da diferença. Após essa apresentação e discussão dos dados, vem a conclusão com um panorama geral das discussões do artigo.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Buscamos uma metodologia que fosse adequada para analisar de maneira quantitativa e qualitativa as referências das disciplinas de Educação obrigatórias nas graduações em Museologia. Os dados dizem respeito às autoras referenciadas nas disciplinas de Educação das graduações em Museologia. Aqui vamos entrecruzar métodos da quantificação com teorias sociais, considerando os marcadores sociais da diferença e como eles se interseccionam. Todas as pessoas possuem marcadores, ou seja, são racializados/as e um gênero lhes é atribuído, por exemplo, mas “nem todos/as somos

dominados/as ou vitimizados/as por esse processo”, conforme afirmou María Lugones (2020, p. 60).

Os dados que aqui serão discutidos lançam luz sobre algumas questões importantes na formação em Museologia, especialmente no que diz respeito à Educação, com um olhar interseccional. Assim, temos um volume de informações que subsidiam políticas públicas que tragam maior equidade à Educação, de forma geral.

O presente estudo, primeiramente, fará uma identificação das disciplinas e das autoras. Em um segundo momento, apresentará uma análise mais detalhada e quantitativa dos marcadores sociais da diferença que indicam tendências sociais, revelando, assim, um pouco do que pode estar por trás das escolhas influenciadas por alguns fatores como temporalidade e regionalidade da universidade. Outrossim, serão trazidas as características específicas de professores/as que criaram os PPCs, como sua origem e influências teóricas, de formação, ou seja, se esses/as professores/as são em maioria do Sudeste, as referências tendem a sê-lo também, como veremos a seguir. Embora ainda falte no campo um estudo aprofundado sobre o perfil das/os docentes dos cursos de Museologia no país.

Como o estudo de Emerich (2017, p. 77), este trabalho versa sobre um “recorte temático, temporal e espacial, na área do conhecimento de interesse e na identificação de seus especialistas”. No presente texto, a fonte exclusiva para a coleta dos primeiros dados foram os PPCs das graduações em Museologia no Brasil, que estão em funcionamento nas universidades públicas e delineiam suas bibliografias básica e complementar. Foi feito um protocolo, ou seja, critérios que incluem disciplinas com Educação no nome e que são obrigatórias. Os PPCs estão disponíveis *on-line*, alguns não têm o detalhamento das cadeiras, então buscamos contato com coordenações dos cursos e com professoras/es para que o disponibilizassem.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2017, p. 1102), é “de fundamental importância questionar o que está sendo discutido nas salas de aula da graduação”. Aqui faremos esse debate a partir do que estudantes de Museologia são recomendadas a ler nas disciplinas obrigatórias de Educação. Parte desses/as estudantes acaba atuando na Educação em Museus, logo a sociedade será impactada por essas referências lidas na graduação. Por essa razão, essa fase da formação é de grande relevância, carecendo de atenção específica. Cabe dizer que os PPCs e a análise inspirada nas autoras

[...] constituem excelente material para a crítica feminista, na medida em que permitem identificar e discutir os conteúdos teóricos e autoras/es considerados significativos (ou não) para constarem no documento oficial de planejamento do curso. A análise dos conteúdos programáticos dos PPCs considerou cada uma das referências bibliográficas indicadas, quantificando-as de acordo com o sexo da autora ou autor, com o lugar de origem da produção, se nacional ou estrangeira, e com a relevância indicada pelo próprio plano de estudos (separação por bibliografia básica ou complementar) (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 1103).

Trabalhamos as referências levantadas na presente pesquisa da mesma forma, com atenção aos marcadores sociais da diferença entrelaçados aos processos de construção/reprodução de eixos de subordinação. Foram considerados marcadores passíveis de análise sem contato direto com as autorias, apenas a partir de informações disponíveis na internet, limitados a gênero, raça/cor, formação, geração, origem e atuação. O presente artigo pretende olhar para esses PPCs e refletir sobre o que eles nos dizem nesse sentido, para que possamos seguir superando cada vez mais as barreiras da colonialidade. Passando as nossas fontes, a seguir apresentamos um quadro detalhando cada universidade, local, nome das disciplinas e quantidade de referências.

Quadro 1 – Universidades e disciplinas obrigatórias listadas

(continua)

Universidade	Ano	Cidade/UF	Disciplina(s)	Quantidade de autoras
UFBA	1969	Salvador/BA	Ação Cultural e Educativa com Patrimônios	6
UNIRIO	1977	Rio de Janeiro/RJ	Disciplina obrigatória de educação adicionada recentemente	-
UFRB	2006	Cachoeira/BA	Ação Educativa nos Museus	6
			Educação Patrimonial	11
UFPel	2006	Pelotas/RS	Ação Cultural e Educação em Museus I	15
			Ação Cultural e Educação em Museus II	15
UFS	2007	Aracajú/SE	Ação Cultural e Educativa nos Museus I	15
			Ação Cultural e Educativa nos Museus II	16
			Educação e Acessibilidade nos Museus	-
UFOP	2008	Ouro Preto/MG	Museologia e Educação <sup>2</sup>	14

Quadro 2 – Universidades e disciplinas obrigatórias listadas

(conclusão)

Universidade	Ano	Cidade/UF	Disciplina(s)	Quantidade de autoras
UFRGS	2008	Porto Alegre/RS	Educação em Museus	4
UFPA	2009	Belém/PA	Educação Patrimonial	7
UnB	2009	Brasília/DF	Museologia 3	-
UFPE	2009	Recife/PE	Educação e Museus	12
UFG	2010	Goiânia/GO	Comunicação Patrimonial I – Ação Educativo-Cultural	6
			Comunicação Patrimonial III – Práticas de Educação Não Formal em Museus	9
UFSC	2010	Florianópolis/SC	Ação Cultural e Educativa em Espaços Museológicos	7
			Educação Museal	16
UFMG	2010	Belo Horizonte/MG	Disciplina obrigatória de educação adicionada recentemente	-
UNESPAR	2019	Curitiba/Paraná	Educação em Museus	19

Fonte: Elaboração da autora com base nos Projetos Político-Pedagógicos das graduações em Museologia.

\* Verde: cursos que adicionaram a disciplina obrigatória após a elaboração do artigo. Laranja: curso a que não tivemos acesso ao detalhamento das referências de uma disciplina. Roxo: não entrou na análise.

Não foi possível o acesso aos dados da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a princípio, mesmo o curso tendo três disciplinas obrigatórias com Educação no nome. O e-mail para a coordenação da graduação em 2022 não foi respondido. A partir do contato com uma das professoras do curso, em um evento no ano de 2023, ela enviou as bibliografias das disciplinas ‘Ação Cultural e Educativa nos Museus’ (I e II) que entraram na análise. Contudo, ainda não foi possível incluir ‘Educação e Acessibilidade nos Museus’ por não ter bibliografia no documento recebido, tampouco no PPC do curso disponível *online*.

A Universidade de Brasília (UnB) aparentemente não tinha uma cadeira obrigatória, mas em uma apresentação prévia da pesquisa um professor informou que esse conteúdo é tratado em uma disciplina. O ponto que dificulta é o fato de as disciplinas do curso contarem com um código, em vez de nomes, diferente do que ocorre nas outras universidades. Essa questão da nomenclatura é importante ser repensada, pois prejudica pesquisas como esta. Optamos por não incluir as/os autoras/es na análise em virtude de a informação ter chegado depois e pelo fato de a referida disciplina não ter nome relacionado à Educação, que foi um critério utilizado no levantamento.

A graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) são as únicas que não tinham disciplina obrigatória de Educação até o momento da presente pesquisa, apenas optativas. Essa

ausência implica que nem todas/os as/os estudantes vão acessar esse debate, ficando na dependência de seus interesses pessoais. Cabe ressaltar que, após a finalização do presente artigo, tomamos conhecimento, por meio de comunicação informal com algumas professoras, de que as graduações da Unirio e da UFMG estão em processo de reformulação de seus PPCs e incluíram uma disciplina obrigatória de Educação. Logo, fazem-se necessários estudos contínuos sobre as disciplinas de Educação nas graduações em Museologia.

Sobre as nomenclaturas das disciplinas, é notório que há uma variação grande, o que aponta para o entendimento teórico de cada curso com relação à área. Variação que está refletida na prática e que já foi apontada em algumas pesquisas (Passos dos Santos, 2023; IBRAM, 2023). As disciplinas ligadas à Comunicação e Estudo de Público conversam diretamente com a temática, mas optamos por dar ênfase às disciplinas de Educação diretamente.

Trata-se de uma investigação exaustiva em razão da necessidade de relacionar todas as universidades, disciplinas, autoras, título, ano da publicação, se é autoria única, primeira ou coautoria. Após essa etapa, ainda foi realizada uma listagem de todas as pessoas autoras para a pesquisa sobre os marcadores sociais da diferença, finalizando com a elaboração dos resultados para discussão e análise. Cabe registrar que alguns cursos não listam as disciplinas em um mesmo documento, como a graduação da UFG. Foi preciso entrar em contato com as universidades que não o têm; por exemplo, somente assim conseguimos o da UFPE. O PPC deveria estar detalhado e acessível para todas as pessoas que tenham interesse em consultar<sup>3</sup>.

Para a pesquisa sobre os marcadores sociais da diferença, as repetições foram retiradas, totalizando 110 pessoas referenciadas, distribuídas entre 11 universidades e 16 disciplinas, uma vez que cinco cursos têm duas matérias obrigatórias, que é o critério do estudo. O estudo demonstra a disparidade entre os cursos no País: cada um depende de vários fatores subjetivos, como geracionais, de quando o curso foi criado, e, principalmente, conceituais. O resultado disso são museólogas/os diversas/os em suas atuações profissionais e pesquisas acadêmicas, porém não são constituídas de uma só origem e forma de conceber a Museologia. Essa formação molda especialmente as/os

museólogas/os que vão atuar com educação nos museus brasileiros, que é o olhar específico da presente análise.

Entre as graduações analisadas 14 são consideradas na presente pesquisa, todas em funcionamento nas universidades públicas, e 11 atendem ao critério do estudo. Estas são classificadas da seguinte forma, a partir de Isolan (2017):

- UFBA, UFRB, UFPel, UFPE, UFG e UFSC nas Ciências Sociais.
- UFRGS: Interface com o campo das ciências da informação.
- UFPA: Museologia e Artes.
- UFOP na Escola de Direito, Turismo e Museologia.
- UFS sem vínculo com unidade acadêmica.

Não foi incluída na pesquisa de Isolan (2017) a Unespar, pois ela foi criada em 2019. As graduações da UFMG, Unirio e UnB, que não entraram na análise, são mais atreladas à ciência da informação. Cabe destacar que, enquanto o máximo de disciplinas de Educação são duas, em todos os cursos a presença das disciplinas de documentação, por exemplo, é bem expressiva, chegando a oito (Rocha, 2022). Na contramão, há ausência de disciplinas e referências sobre acessibilidade (Passos; Bernardino; Rocha, 2024).

As disparidades das formações reforçam a dificuldade do fortalecimento da área, e Isolan (2017) menciona a importância de diretrizes comuns. Ainda que estejamos falando de um país continental, as graduações em todas as regiões do Brasil são muito diferentes entre si. Essa separação de Fiorela Isolan (2017) é essencial para considerarmos as influências que as disciplinas de Educação também recebem. Há uma preocupação da Rede de Docentes e Cientistas da Museologia no estabelecimento de um currículo mínimo orientador para os cursos de graduação (Silva *et al.* 2022), visto as grandes diferenças entre os cursos. É relevante destacar o que Maria Célia Santos (2020, p. 408) mencionou sobre refletir as formações em Museologia, no compromisso com processos menos excludentes:

[...] destacando que o seu compromisso maior deva ser com o desempenho qualitativo, preparando profissionais que sejam capazes de produzir conhecimento, buscando, também, a interseção criativa de contribuições conceituais e analíticas de outras disciplinas, contribuindo com a necessária renovação dos processos museais, reconhecendo as especificidades dos diferentes contextos, adequando os procedimentos metodológicos e técnicos às diferentes realidades, com a abertura necessária para a avaliação e para a reflexão crítica.

Uma vez que as autorias das referências listadas nas disciplinas foram levantadas, pesquisamos sobre cada uma delas, selecionando algumas categorias para análise: gênero – a partir do nome, em caso de dúvidas, fotos na internet; cor/raça – a partir de fotos na internet, por meio do método da heteroidentificação; país de origem; estado – para as autoras do Brasil; área de formação – graduação e doutorado; e atuação.

Todas essas categorias são relevantes para pensarmos “pilares da disputa do poder: gênero, raça e localização” (Passos, 2019, p. 44), e, nesse mesmo viés, acrescentamos formação acadêmica/profissional. Como na pesquisa de Emerich (2017, p. 79), o *software* Excel foi usado na elaboração de planilhas e, por conseguinte, na organização dos dados. Foram realizadas análises quantitativas, cujos resultados são apresentados a seguir.

### **3 OS MARCADORES DAS REFERÊNCIAS NAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO NAS GRADUAÇÕES EM MUSEOLOGIA NO BRASIL**

Como na pesquisa de Emerich (2017), o presente estudo verificou a adoção de critérios particulares para a construção dos PPCs e, conseqüentemente, para as disciplinas. Percebemos diferenças intensas no entendimento de Educação, dependendo da regionalidade em que o curso está. Alguns, como o do estado de Goiás, citam mais autoras de São Paulo, ou como o curso de Pernambuco, em que quase todas as referências são internacionais.

De acordo com Rechena (2020, p. 276), “quando utilizamos uma linguagem ‘neutra’ num processo de comunicação, estamos efetivamente a referir-nos ao modelo masculino dominante”. E, quando consideramos as mulheres por serem maioria, estamos desconsiderando que homens estão no grupo e que são duas categorias diferentes. Por essa razão, utilizaremos autoras/es em uma flexão de gênero.

Há um marcador temporal forte nesta pesquisa, pois a maior parte das graduações em Museologia foi criada na década de 2000, a partir do programa federal de apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). De acordo com Ribeiro *et al.* (2017, p. 1101), houve intenções “de reversão do quadro de sucateamento das

universidades públicas herdado do governo FHC, abriu então as universidades federais para criação de cursos novos e formação de profissionais”.

A partir das repetições das autoras nas referências, é possível perceber algumas questões: a UFPE isolada, visto que quase todas as referências são internacionais (9 de 13) e de outros campos das humanidades, sem uma presença acentuada de autorias mais relacionadas ao campo museológico, de forma geral. Trata-se de pessoas menos citadas em outras universidades. Das demais instituições, a UFBA, o curso mais antigo, também está isolada, por não citar tantas autoras/es referenciadas/os em outras graduações. Ainda que com autoras/es em comum, a UFPA também está mais isolada.

As instituições que mais se assemelham nas escolhas são a UFRB e a UFPel, com várias autoras em comum citadas em seus PPCs. Dessa forma, evidenciamos referências e conteúdos distintos entre os PPCs, ainda que algumas autoras mais ‘clássicas’ estejam presentes em várias disciplinas e em diferentes universidades. Como Maria Célia Santos ligando algumas universidades como UFPel e UFG, uma vez que essa autora se repete cerca de dez vezes nas referências das disciplinas. Ela é nordestina, museóloga formada pela UFBA e doutora em Educação. Depois dela, Francisco Ramos, historiador, repete-se cerca de seis vezes, seguido por Paulo Freire, educador, que se repete cinco vezes. Dois homens, mas do Nordeste.

Iniciando as análises dos marcadores sociais da diferença sobre o gênero<sup>4</sup>, este foi quantificado a partir dos nomes das/os autoras/es, apenas algumas/ns geraram dúvidas – especialmente aquelas/es estrangeiras/os, que foram sanadas buscando imagens na internet. Lembrando que são 110 pessoas referenciadas, distribuídas entre 11 universidades e 16 disciplinas. Mulheres são 58% (n= 64) e os homens correspondem a 42% (n= 46). Não é uma diferença expressiva, embora o campo seja composto de uma maioria de mulheres, em sua prática (Almeida *et al.*, 2021; Passos dos Santos, 2023; Ibram, 2023). Como constataram Ribeiro *et al.* (2017, p. 1094): “Uma não desprezível parcela de mulheres participa da comunidade científica, fato visível em congressos científicos e nos sumários de periódicos especializados. Mas qual, de fato, a influência de mulheres na produção e circulação de conhecimento” dentro da Museologia, especialmente na Educação? As mulheres estão presentes, mas, muitas vezes, não conseguem produzir na lógica da academia, em virtude de outras atribuições, como o cuidado com a casa e filhas/os, como foi evidenciado na pandemia. E “Que espaço e estímulo as estudantes têm

para refletir sobre a inclusão de vidas e experiências de mulheres nos relatos sobre o passado ou para denunciar e criticar as perspectivas androcêntricas das ciências?” (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 1101).

Sobre a cor das autoras, analisada por meio da heteroidentificação, Lara Passos (2019) também usa do método para essa classificação, sendo indicado como “não identificado”, quando não encontramos fotos das pessoas, quando conseguimos identificar as/os autoras/es, sua cor foi categorizada entre branca e negra (preta e parda). Consideradas brancas foram 79% (n= 87), não identificadas (12%, n= 13), e negras apenas 9% (n= 10). Cabe ressaltar a inversão na porcentagem entre pessoas brancas em espaços de privilégio, como referências em PPCs, e pessoas negras que não estão nesses lugares de poder. Souza (2021) trouxe evidências de como o racismo está concretizado no cotidiano, e esses dados são uma amostra disso. Nesse cotidiano, pesquisas evidenciam que as mulheres brancas são maioria também na prática da educação museal (Almeida *et al.*, 2021; Passos dos Santos, 2023; Ibram, 2023).

É preciso refletir sobre quem são essas pessoas negras autoras referenciadas na presente pesquisa, três homens e três mulheres, um da Jamaica e as demais do Sudeste, dois do Rio de Janeiro e dois de Minas Gerais, além de um de São Paulo. Não obstante, como disse Passos (2019, p. 64), a presença de pessoas não brancas “não necessariamente implica numa relação direta com uma produção contra-hegemônica”, até porque as pessoas negras não são as únicas que têm esse compromisso.

A quase ausência de pessoas negras é muito preocupante e, cabe dizer, que “A luta feminista, [...] por justiça social posto que raça, etnia, classe e profissão, entre outros marcadores, situam e multifacetam as diferenças entre mulheres e homens” (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 1106). Essa ausência influencia diretamente uma falta de debate sobre cor/raça nos educativos dos museus brasileiros, onde essa temática é muitas vezes escondida. Tal como o marcador da deficiência, que também é sistematicamente ignorado, até em grupos feministas. E é preciso dizer mais:

A invisibilização da produção intelectual de pessoas não brancas contribui para o apagamento material e simbólico dessas existências e põe em evidência a falácia do discurso de primazia da neutralidade e objetividade científica, posto que esta tem origem racializada e generificada dentro da branquitude masculina (Passos, 2019, p. 64).

Também cabe mencionar o quão prejudicial é essa ausência de pessoas negras para os debates sobre Educação e Museologia realizados nessas disciplinas. Que visão sobre esses temas podemos ter quando lemos predominantemente pessoas brancas? Seguimos somente com a visão dominante dos assuntos relacionados a esses temas. Portanto, temos uma Educação deficitária, enviesada, que não atende a uma mínima diversidade de vozes. A sociedade brasileira é marcada pelo racismo estrutural e o institucional, definidos por Kilomba (2020).

Faltam mais mulheres negras entre as autoras, “ainda que não fosse necessário ser uma mulher negra para acionar esta crítica, a ausência destas sujeitas nesse sistema de produção de conhecimento reitera a lógica colonial e imperialista de silenciamento, tão incoerente com as novas críticas pós-coloniais” (Passos, 2019, p. 68). É interessante ressaltar produções que fogem a essa neutralidade: *Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Superando o racismo na escola*, de 2005. É autora única, não é leitura obrigatória, e não se repete. Além dessa produção, outra, de um autor branco precisa ser ressaltada: *Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de história*, de 2016. Ambas as referências são da UFSC e constam na disciplina ‘Educação Museal’, a única com essa nomenclatura mais recente e é política pública (Brasil, 2021). Os textos evidenciam uma preocupação do curso em discutir as temáticas que envolvem o racismo e o ensino de culturas, histórias afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino. É relevante sublinhar o que Kilomba (2020, p. 50) nos trouxe sobre a autoridade intelectual ligada à cor, visto que precisamos observar mais as ausências nesses espaços de poder:

Como os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e a autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens?

Sobre as formações, foram consideradas todas as autoras, nacionais e internacionais, por essa razão, muitas vezes, não conseguimos identificar todas as formações. Optamos por analisar a graduação, sendo distribuídas entre História (n= 26),

Pedagogia (n= 14) e Museologia (n= 11). As formações, em geral, são muito diversas, apareceram 20, e se concentram nas áreas de Ciências Humanas<sup>5</sup>.

Entre as educadoras que estão atuando nos museus, a Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil) trouxe dados inéditos sobre o perfil dessas/es profissionais, também mulheres em maioria (Ibram, 2023). Sobre sua formação, a maior parte vem da História (168), seguida de Artes (142) e Museologia (125). Cabe ressaltar essa alteração da área em segundo lugar, que para as autoras referenciadas é Pedagogia e para as educadoras que estão atuando é Artes (Ibram, 2023). Embora multidisciplinar, há maior concentração nas humanidades, e entre as demais áreas nas respostas da PEMBrasil estão Letras/Literatura, Turismo, Comunicação Social, Arquitetura e Geografia. Os dados da PEMBrasil dialogam diretamente com este artigo, pois as profissionais que estão no educativo dos museus e aquelas citadas nas disciplinas têm pontos em comum, como um número maior de historiadoras/es.

Das autorias com formação em Museologia apenas uma é homem. Muitas delas trabalham diretamente com Educação, o que corrobora a relação direta entre a Museologia e as mulheres (Oliveira; Queiroz, 2017), especialmente dentro da Educação. Uma museóloga bastante citada é uma autora de uma publicação sobre Educação Patrimonial. Das pessoas com formação em Museologia somente duas são negras, o que mostra que a área tem um forte marcador de cor/raça e, principalmente, que as pessoas negras, sobretudo as retintas, que estão produzindo na área não são tão referenciadas. Notadamente tratando-se das duas primeiras graduações, antes da explosão de cursos nos anos 2000, quando era ainda mais uma área de pessoas abastadas ligadas à cultura. Embora a primeira graduação em Museologia seja em Salvador (Rocha, 2020), conhecida como a cidade mais negra fora da África, pessoas com dificuldades financeiras, que sofrem racismo e outras formas de preconceito acessavam ainda menos os museus e a Museologia.

Realizamos uma classificação das graduações das/os autoras/es entre licenciatura, bacharelado ou as duas. Entre as 79 referências do Brasil, 25 autoras/es são bacharéis, 25 têm licenciatura e 4 possuem as duas formações, licenciatura e bacharelado. Para 22 referências não conseguimos classificar – todas de graduações que têm a opção de licenciatura como História, Artes Visuais e Educação Física. Muitas delas

não colocam essa informação no Currículo Lattes, em que fizemos a consulta. A partir desse dado, destacamos que as disciplinas não preconizam por autoras licenciadas entre suas referências. Na prática empírica, há um entendimento de que as áreas da licenciatura têm mais proximidade com a Educação em Museus, no entanto pesquisas como esta e a PEMBrasil trazem diversos perfis tanto da licenciatura quanto bacharéis.

Foi possível apurar que 55% (n= 61) das referências atuam como professoras/es, desses/as 43 estão no ensino superior e 4 na rede básica. Para 19 referências não conseguimos obter essa informação. Entre as outras atuações são diretor/a (n= 5), educador/a (n= 5), consultor/a (n= 4), museóloga/o (n= 4) e pesquisador/a (n= 4); outras/os três servidoras/es públicos, além de uma pessoa em cada qual dessas atuações: Coordenador/a de projetos, Crítico/a Literário/a, Escritor/a, Orientador/a pedagógico/a e Técnico/a Administrativo/a. Percebemos uma predominância de professoras/es no ensino superior, enquanto há um baixo número de educadoras/es museais entre as referências. Até que ponto essas pessoas que atuam no ensino têm conhecimento prático na Educação em Museus? A PEMBrasil chegou à seguinte porcentagem:

60,7% (294) afirmaram se dedicar à produção e difusão de algum produto ou atividade educativa. As formas mais frequentes, selecionadas sob a opção de múltipla escolha, foram realização de eventos, capacitações e treinamentos (54,8%, 161); apresentação de trabalhos em congressos, palestras, conferências e outros (52,7%, 154); e **publicações acadêmicas, tais como artigos, livros e revistas (52,4%, 155)** (Ibram, 2023, p. 85, grifo nosso).

Os dados da PEMBrasil mostram que as/os educadoras/es estão produzindo material que pode ser referência para as disciplinas de Educação das graduações em Museologia. No entanto, como vimos, o ciclo permanece dentro das universidades, professoras/es que citam professores/as, estudantes que leem produções que não refletem a prática profissional e seguem nesse processo. Também por não terem acesso a relatos mais práticos, estudantes de Museologia podem acabar não se interessando tanto pela Educação em Museus.

Conseguimos apurar sobre o doutorado dessas referências das disciplinas: 64% (n= 70) têm doutorado concluído e 15% (n= 17), não. Para 21% (n= 23), não conseguimos a informação. As áreas são diversas, 25 ao todo, maioria na Educação (16), História (7), Arqueologia (4), Filosofia (4), Biologia (3), Ciência da Informação (3), Museologia (3) e Sociologia (3)<sup>6</sup>. Com relação às/aos educadoras/es que estão atuando nesse momento,

entre aquelas/es que responderam ao questionário da PEMBrasil, apenas 10,2% têm doutorado, bem diferente das referências.

Sobre o ano de publicação dos textos referenciados (n= 165 publicações), 59% (n= 98) são da década da criação de 8 das 11 graduações com as disciplinas analisadas, 2000 a 2009, seguidas por 17% (n= 28) entre 1991 e 1999, e 14% (n= 23) entre 2010 e 2018. As referências são recentes e próximas da expansão das graduações em Museologia (90%), demonstrando uma efervescência nas publicações relacionadas com o tema. Também têm publicações sem data (5), entre 1982 e 1989 (9) e 2 de 1947 e 1937.

Adentrando em uma esfera geográfica para melhor entendimento da localização dessas/es autoras/es e das graduações, as referências brasileiras são: n= 79 (72%). No entanto, temos autoras de outros países, especialmente da França (n= 8; 7%), além de 5 (4%) com origem não identificada, Inglaterra e Alemanha com 3 cada; Argentina, Portugal, Chile e Estados Unidos com 2 cada; Bélgica, Espanha, Jamaica e Itália com 1 autor/a cada. Alguns cursos, como o da UFPE, contam com uma maioria de autores homens (apenas uma mulher) e estrangeiros, entre alemão, estadunidense, francês, chileno e cerca de três brasileiros, totalizando 12 autores (masculino proposital). Ainda que nas disciplinas de Educação das graduações em Museologia não tenhamos um predomínio de autorias estrangeiras, falta valorizar mais as autoras de todos os lugares do País, incluindo mulheres negras e indígenas, com deficiência e outros marcadores diversos. No caso das estrangeiras, que possamos dar preferência para as vizinhas da América Latina.

Para as análises de estados do Brasil foram consideradas apenas as referências brasileiras (n= 79). Quanto às formações das pessoas referenciadas, há uma predominância de São Paulo (n= 24, 30%) e Rio de Janeiro (n= 18, 23%), seguido do Rio Grande do Sul (n= 13, 16%).

Outro dado levantado é sobre as cidades, se são capitais ou interior de cada estado. No caso da formação, 74% (n= 58) situam-se na capital e 20% (n= 16), no interior, o que mostra uma centralização dos debates nas capitais, bem como das graduações, sendo apenas 3 no interior (Cachoeira-BA, Ouro Preto-MG e Pelotas-RS), e uma ausência dessas discussões entre profissionais que atuam no interior.

Quanto a atuação, é muito semelhante, pois a grande concentração segue em São Paulo (n= 18, 23%), Rio Grande do Sul (n= 13, 17%) e Rio de Janeiro (n= 12, 15%). Os

estados do Rio de Janeiro e São Paulo têm mais museus e a profissão de educadora museal é mais institucionalizada, contribuindo assim para um maior número na atuação.

Sobre as cidades das pessoas referenciadas, se são capitais ou interior de cada estado, no caso da atuação, a porcentagem da capital cai para 57% (n= 58) e sobe o número do interior, 24% (n= 19). Podemos interpretar que as pessoas que se formam nas capitais ocupam os lugares nas cidades de interior.

Isolan (2017, p. 92-93) analisou a distribuição da oferta formativa em Museologia por região do País, sendo 29% no Sul e Nordeste, no Sudeste, 21%, Centro-Oeste, 14%, e apenas 7% para o Norte. A autora entende que esses dados evidenciam uma descentralização da oferta, mas não podemos desconsiderar a pouca possibilidade de formação no Norte.

Como disse Passos (2019, p. 48): “É interessante observar a territorialidade dos cursos, a fim de se pensar também sobre as dinâmicas de migração de profissionais entre regiões”. Para cursar graduação em Museologia no País, é preciso migrar para os poucos estados que contam com o curso. Outrossim, para as profissionais museólogas trabalharem, é necessário fazer esse deslocamento, pois, ainda que o Brasil tenha quase 4.000 museus, estes se encontram concentrados nos mesmos estados (Passos dos Santos; Moraes Wichers, 2021). Para fazer pós-graduação em Museologia é ainda mais necessário o deslocamento. Há apenas cerca de cinco programas de mestrado e um de doutorado na Unirio. Cabe salientar ainda o predomínio dos olhares acadêmicos e de profissionais do Sudeste na produção discursiva da Educação Museal – Educação Patrimonial – Educação não formal – Arte-Educação, o que não deixa de significar uma alteridade regional (Cesarino, 2017).

Por sua vez, os estados das universidades diferem bastante; veja a lista de todos os que têm cursos de Museologia e que estão na pesquisa: Goiás, Pará, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Sergipe. Alguns estados contam com dois cursos: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. Importante mencionar que Rio de Janeiro não está presente por não ter disciplina obrigatória de Educação até a presente análise e São Paulo não tem graduação em Museologia. Contudo, como foi possível perceber nas reflexões sobre regionalidade, autoras desses estados são fortemente citadas, o que representa uma evidente inversão: onde se pensa menos a Educação na formação em graduação na Museologia, com disciplinas obrigatórias, é de onde vêm as referências.

Sobre as regionalidades das autoras citadas pelas graduações, que também estão localizadas geograficamente, temos alguns dados relevantes. A UFOP tem um autor de Minas Gerais e seis referências do Rio de Janeiro e São Paulo. Na UFPE, ressalta-se a ausência de Paulo Freire, que é do estado e um educador importante, referenciado de forma recorrente pelas outras universidades, além de ser reconhecido internacionalmente. A UFRB cita uma autora do estado, mas tem cinco referências do Rio Grande do Sul, o que indica uma influência gaúcha. Já a UFRGS cita uma autora do Rio Grande do Sul. A Unespar, a única estadual, cita uma referência do estado e uma da região Sul (Rio Grande do Sul), que tem doutorado em Museologia, entre 21 referências. A UFPel tem 36 referências, das quais duas são do Rio Grande do Sul e nenhuma outra da região Sul. A UFSC tem uma referência do estado e outras duas da região Sul. A UFG, a UFPA e a UFBA não têm autoras de seus respectivos estados, mesmo Maria Célia Santos sendo baiana e a mais citada das/os autoras/es na contabilização total. Em suma, as graduações não citam referências de seus próprios estados, valorizando assim mais as/os autoras/es externas.

Embora as mulheres sejam maioria, quando brasileiras, são brancas, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando internacionais, essas referências são europeias. É importante destacar o que Passos (2019, p. 56) chamou de herança acadêmica:

[...] ensinamos como aprendemos. Se enquanto discentes as pessoas são expostas a um material específico que não é condizente com a realidade produtiva da área no Brasil, mas com um ideal progresso de *expertise* acadêmica que envolve a utilização de clássicos masculinos, é muito provável que, depois de formadas e institucionalizadas, estas repliquem a forma como aprenderam em seus respectivos cursos, mantendo assim o ciclo excludente de produção de conhecimento.

Parte da comunidade acadêmica ainda não se deu conta dos números apresentados aqui; se sim, não conseguiu reagir, em razão da grande demanda de trabalho. Entretanto, ainda há uma parcela considerável de indivíduos que prefere manter o ciclo que vivemos há décadas para sustentar os privilégios estabelecidos. bell hooks (2017) falou sobre a recusa de alguns professores progressistas que não alteram a natureza de suas práticas pedagógicas, por mais que modifiquem os currículos. Os dados mostrados aqui evidenciam que é importante e urgente iniciar uma mudança e assim buscar uma Museologia e Educação mais equitativas.

## 4 CONCLUSÃO

Os dados apresentam uma maioria, ainda que baixa, de mulheres. A maior parte delas brancas, formadas no eixo Rio-São Paulo, que não tem essas disciplinas de Educação em graduações em Museologia. São Paulo nem tem graduação em Museologia. As profissionais estão mais concentradas nas capitais. Embora uma maioria de brasileiras, na sequência há uma predominância de referências da Europa. Há um predomínio de historiadoras com doutorado em Educação. Embora a lista de formações tanto na graduação quando na pós seja grande, a maioria atua como professor/a da rede superior de ensino, poucas/os trabalham em museus.

É necessário ampliar as fronteiras da academia e integrá-la, de fato, às comunidades, buscando uma formação em Museologia e Educação mais comprometida com o social, que tenha relação com as pessoas e que estas não falem sozinhas nas paredes das universidades e dos museus. É essencial buscar mais a prática, haja vista que o discurso, por si só, pouco contribui com uma sociedade menos desigual. Esperamos que este artigo incentive pesquisas semelhantes nas licenciaturas e em outros bacharelados que têm atuação mais frequente nos educativos dos museus, mas não somente. Este estudo nos faz refletir sobre quem estamos lendo, referenciando e a partir disso aprendendo e ensinando. É preciso ir além da mudança dos PPCs, é urgente uma prática realmente comprometida de ultrapassar os 'clássicos', com uma Educação transgressora, como prática de liberdade!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana M.; ABADIA, Lília; JUNQUEIRA, Fernanda M.; POHIA, Suzana G.; ROCHA, Jessica N.; FONSECA, Gabriela; CASTRO, Fernanda; MARTINS, Luciana C. Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. **Museologia e Patrimônio – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio**, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/852/821>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 jan. 2024.

CESARINO, Leticia. Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Ilha*, v. 19, n. 2, p. 73-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p73/36005>. Acesso em: 22 jan. 2024.

EMERICH, Adriana M. **Estudo bibliométrico no Portal Capes: termos e conceitos de educação em museu**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2938/1/Trabalho%20final\\_11abr2017.pdf](https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2938/1/Trabalho%20final_11abr2017.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

HIRANO, Luis F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis F. K.; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1249/o/marcadores\\_sociais\\_das\\_diferencas.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1249/o/marcadores_sociais_das_diferencas.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução Marcelo B. Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal: relatório final**. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Instituto Brasileiro de Museus, 2023. Disponível em: [https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil\\_relato%CC%81rio-2023\\_final.pdf](https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

IBRAM. **PORTARIA IBRAM Nº 605**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-605-de-10-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ISOLAN, Fiorela B. **A formação em museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-17102017-110303/publico/FiorelaBugattiREVISADA.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

OLIVEIRA, Ana Cristina A. R. de; QUEIROZ, Marijara Souza. Museologia – substantivo feminino: reflexões sobre museologia e gênero no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/2ffb07d8/b9d4/4cb9/90d1/92576a686113.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PASSOS, Lara de Paula. **Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/42186008/ARQUEOPOESIA\\_uma\\_proposta\\_feminista\\_afrocentrada\\_para\\_o\\_universo\\_arqueol%C3%B3gico](https://www.academia.edu/42186008/ARQUEOPOESIA_uma_proposta_feminista_afrocentrada_para_o_universo_arqueol%C3%B3gico). Acesso em: 22 jan. 2024.

PASSOS DOS SANTOS, Karlla K. **Educação Museal e Feminismos no Brasil: Silenciamentos, Estranhamentos e Diálogos a Partir de um Olhar Interseccional e Decolonial**. 2023. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2023.

PASSOS DOS SANTOS, Karlla K.; MORAES WICHES, Camila A. Gênero e diferença na educação museal brasileira: provocações feministas sobre ausências e assimetrias. *In*: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), 2021. p. 159-180. Disponível em: [https://www.museologia-portugal.net/files/sociomuseologia\\_leitura\\_critica\\_mundo-com\\_capa\\_final-rev\\_carolina-copiar.pdf](https://www.museologia-portugal.net/files/sociomuseologia_leitura_critica_mundo-com_capa_final-rev_carolina-copiar.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

PASSOS, Karlla K.; BERNARDINO, Carla G.; ROCHA, Jessica N. A ausência da temática da acessibilidade na formação em museologia no Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 58, 2024. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/320/218>. Acesso em: 24 out. 2024.

RECHENA, Aida. Consequências para a sociomuseologia da integração da perspectiva de gênero. *In*: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Introdução à sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), 2020. p. 271-290. Disponível em: [https://www.museologia-portugal.net/files/introducao\\_sociomuseologia\\_10.07.2020.pdf](https://www.museologia-portugal.net/files/introducao_sociomuseologia_10.07.2020.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

RIBEIRO, Loredana; FORMADO, Bruno S. R. S.; SCHIMIDT, Sarah; PASSOS, Lara. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/d6XyYCxPVPyKsGDLTmN7W4t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ROCHA, Ana Karina C. O. **Construção e disputas do campo museologia no Brasil: os fóruns nordestinos (1988 – 1996)**. 2020. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade

Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020. Disponível em: [https://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/a\\_ana\\_karina\\_calmon.pdf](https://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/a_ana_karina_calmon.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

ROCHA, Ana Karina C. O. Documentação museográfica, documentação museológica e documentação em museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. especial, ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/43324/34558>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Maria Célia T. M. Processo museológico: critérios de exclusão. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Introdução à sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), 2020. p. 399-412. Disponível em: [https://www.museologia-portugal.net/files/introducao\\_sociomuseologia\\_10.07.2020.pdf](https://www.museologia-portugal.net/files/introducao_sociomuseologia_10.07.2020.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVA, Anna Paula da; LOPES, Thainá C. C. F.; BRAGA, Jezulino Lúcio B.; AQUINO, Vanessa B. T. Memórias da Rede de Docentes e Cientistas da Museologia. **Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio - MAST**, v.15, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/1007>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SOARES, Patricia B.; CARNEIRO, Teresa C. J.; CALMON, João Luiz; CASTRO, Luiz Otávio C. O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre tecnologia de construção e edificações na base de dados. **Web of Science. Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/7CmZ3n8FT8R5g93DKW5kzMJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Materialidades discriminatórias: racismo concretizado no cotidiano. **Tessituras**, Pelotas, v. 9, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/19123>. Acesso em: 26 out. 2024.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz F.; CANDAU, Vera M. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 83, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/37099996/Colonialidade\\_e\\_Pedagogia\\_Decolonial\\_Para\\_Pensar\\_uma\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Outra](https://www.academia.edu/37099996/Colonialidade_e_Pedagogia_Decolonial_Para_Pensar_uma_Educa%C3%A7%C3%A3o_Outra). Acesso em: 22 jan. 2024.

---

**NOTAS:**

<sup>1</sup> A pesquisa é parte de uma tese (Passos dos Santos, 2023), e o presente artigo se trata de uma atualização dos dados a partir de novas fontes e categorias de análise.

<sup>2</sup> A partir da última atualização do PPC da graduação em Museologia de Ouro Preto, foi incluída a disciplina Educação Patrimonial.

<sup>3</sup> O Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996, cuja obrigatoriedade foi determinada na legislação do Conselho Estadual de Educação/Deliberação 07/2000 (Brasil, 1996).

<sup>4</sup> Determinação realizada a partir de um entendimento pessoal, a partir dos nomes das autoras, que se aproximavam mais de nomes femininos ou masculinos, de acordo com um senso comum da sociedade; também para respeitar a autoatribuição das pessoas, em caso de autoras trans, por exemplo.

<sup>5</sup> As demais são: Filosofia, Ciências, Letras, Sociologia, Educação Artística, Direito, Antropologia, Engenharias, Física, Psicologia, Jornalismo, Arquitetura, Artes visuais/educação artística, Educação física, Geologia, Enfermagem.

<sup>6</sup> As demais áreas são, com duas referências cada: Antropologia Social, Ciências da Comunicação, Comunicação, Letras. Com uma referência cada: Artes, Ciências da Educação, Ciências Pedagógicas, Ciências Sociais, Educação, Gestão e Difusão Em Biociências, Engenharia de Produção, Engenharia de Sistemas e Computação, Engenharia Elétrica, Estudo de Monumentos, Física, Pedagogia, Psicologia da Educação, Semiótica do Museu.

Recebido em: 19/12/2023

Aprovado em: 09/11/2024

Publicado em: 30/05/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.